

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.353 - PR (2019/0297849-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : JEFFERSON MARQUES DE QUADROS
ADVOGADOS : NELSON KAMINSKI JUNIOR - PR062456
THIAGO PORTUGAL ABELHA DE FÚCIO - PR063819
MUNIR ASSAD HEISLER - PR063818
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória objetivando atribuir efeitos suspensivo ao recurso especial interposto por JEFFERSON MARQUES DE QUADROS, condenado à pena de 2 (dois) anos, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) dias de reclusão, em regime aberto, mais 16 (dezesesseis) dias-multa, por infração ao art. 337-A, incs. I e III, do Código Penal.

Sustenta, em síntese, violação dos arts. 138 da Lei n. 5.172/1966, 9º da Lei n. 10.684/2003, 2º da Lei n. 9.784/1999, 337-A, §1º, da Lei n. 2.848/1940 e 7º, 15, 21, 23 e 59 do Decreto-lei n. 70.235/1972. Defende, em suma, a nulidade do procedimento administrativo tributário, em razão de ausência de notificação pelo fisco dos autos de infração e inconsistências na apuração do débito. Suscita, ainda, afronta ao art. 147 da Lei n. 7.210/1984, sob o argumento de que tal dispositivo condiciona ao trânsito em julgado da sentença condenatória o início do cumprimento de pena restritivas de direitos.

Afirma a presença do *periculum in mora*, pois designada audiência para o dia 17/10/2019, a fim de iniciar o cumprimento provisório da pena, e o *fumus bonis iuris*, na medida que o entendimento desta Eg. Corte é no sentido de ser inviável o cumprimento provisório de pena restritiva de direito até o trânsito em julgado das teses recursais levadas à julgamento nas instâncias superiores.

Pugna, ao final, pela concessão de tutela de urgência, suspendendo o acórdão recorrido e, consequentemente, não se promovendo a execução provisória da pena até o advento do trânsito em julgado do feito.

Superior Tribunal de Justiça

O pedido está prejudicado.

É que, nos autos do Recurso Especial n. 1840132/PR, a defesa protocolou a Petição (TutPrv) 00634694/2019, com idênticos argumentos ao presente pedido.

Em decisão proferida aos 03/10/2019, deferi o pretendido efeito suspensivo, sobrestando os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Apelação Criminal n. 5013361-76.2012.4.04.7001/PR, sob o fundamento de ser inviável a execução provisória das penas restritivas de direitos.

Diante do exposto, julgo prejudicada a presente tutela provisória.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator